



CLUBE JUVENIL: TEMPO E ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO JUVENIL NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Edvaldo Albuquerque dos Santos ¹

RESUMO

A implantação do Clube Juvenil é a temática deste texto, que apresenta uma discussão sobre a atividade complementar do Programa Alagoano de Ensino Integral (Decreto nº 50.331 de 12 de setembro de 2016), sobre a forma de organização das juventudes nas escolas de ensino médio da rede pública do estado de Alagoas. O Clube Juvenil é traduzido em espaço e tempo no qual os jovens estudantes são convocados a participarem, apresentando, nessa atividade sistematicamente pedagógica, seus interesses e escolhas de vida, não apenas acadêmica, mas sobretudo emocional, cultural, esportiva e artística. Sobre os aspectos discutidos relativos as juventudes, expomos, no decorrer do trabalho, as várias contribuições teóricas a partir das reflexões de Dayrell (2006, 2007), Abrantes (2003) entre outros.

Palavras-chave: Ensino Médio Integral, Clube Juvenil, Juventudes.

INTRODUÇÃO

A atividade complementar Clube Juvenil é uma das ofertas curricular obrigatórias dentro do Programa Alagoano de Ensino Integral - pALei pela rede estadual de ensino de Alagoas. Atende e constitui-se um direito público e subjetivo para aqueles que buscam alternativas para uma formação integral. Por isso, faz parte da ampliação da jornada escolar, enquanto implementação de um currículo que possibilita ao jovem estudante do ensino médio para além da formação básica o desenvolvimento de aprendizagens significativas e emancipatórias necessárias a uma reflexão e elaboração do seu projeto de vida.

Assim, o Clube Juvenil do Programa Alagoano de Ensino Integral instituído na rede estadual desde 2015 prevê que a formação do jovem estudante seja feita além das unidades de ensino, com participação da família e seu território, efetivando aprendizagens que venham a atender suas necessidades e interesses, desenvolvendo seu potencial enquanto sujeitos históricos e sociais, considerando tantos os aspectos da formação acadêmica como social em suas mais diversas dimensões (emocional, cultural, social etc).

¹ Doutorando em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, professoredvaldo@uol.com.br;



Podemos dizer que os clubes juvenis são crias dos jovens estudantes a partir de determinado interesse coletivo, que juntos por esse interesse comum formam o clube. Os membros do clube planejam e executam atividades que proporcionam leituras, pesquisas, relatos de experiências, reflexões e discussões sobre determinada temática com aspectos relacionados ou não à vida escolar. O desenvolvimento das ações de determinado clube juvenil estará articulado e integrado as juventudes no espaço escolar considerando a forma de ser e de se relacionar de cada um consigo e com o mundo.

1 Programa Alagoano de Ensino Integral 2015-2020

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 e as Diretrizes Curriculares Nacional para o Ensino Médio de 2012 confere um caráter legal à condição do Ensino Médio como uma das etapas da Educação Básica nacional, isso significa que o Ensino Médio é a parte integrante de um processo educacional considerada fundamental para a formação humana (na lei o caráter de cidadania), base para o acesso às atividades produtivas, para o prosseguimento nos níveis mais elevados e complexos da educação e, conseqüentemente, para o desenvolvimento pessoal dos jovens, conferindo sua interação com a sociedade e sua inserção nela.

O Programa Alagoano de Ensino Integral foi instituído através do decreto nº 40.207 de 20 de abril de 2015, e reestruturado pelo decreto nº 50.331 de 12 de setembro de 2016, que orienta que a formação das juventudes seja feita, além das unidades de ensino, com participação da família e da comunidade, oportunizando a esses jovens uma aprendizagem eficiente, que venha a atender as necessidades enquanto cultura juvenil, valorizando o seu potencial no espaço escolar e fora dele, considerando as juventudes como sujeitos históricos e sociais, que chegam até as escolas com suas vivências e conhecimentos que enriquecem e fortalecem seu processo de aprendizagens.

O Ensino Médio ofertado na rede estadual de ensino na oferta de matrícula integral não atenta apenas para a ampliação da jornada pedagógica nas escolas, e sim, uma organização de tempos e espaços pedagógicos através da implementação de um currículo com outras possibilidades de agrupamentos, que visa aprendizagens significativas e emancipadoras, destinando ao jovem estudante oportunidades para que



este aprenda a desenvolver práticas que irão subsidiá-lo na reflexão, na organização e execução do seu projeto de vida.

A implantação do Programa na rede estadual de ensino teve início em 2015 com a Escola de Educação Básica e Profissional Marcos Antônio Cavalcanti Silva, em Maceió. Em 2016, foram implantadas 16 escolas, abrangendo todas as 13 Gerências Regionais de Ensino; em 2017, foram implantadas mais 18 escolas, em 2018, mais 12 escolas, e em 2019, mais 3 escolas, totalizando 50 escolas de ensino integral. Dessas, 13 escolas são de ensino médio integral integrado à educação profissional.

Assim, para atender a uma forma organizativa curricular diferenciada, o Programa é instituído com propostas de ações que cumprem as leis estabelecidas de âmbito nacional e estadual. A matriz curricular está estruturada com uma oferta de ensino em 5.400 horas, distribuídas em 3 anos com nove horas diárias de atividades escolares.

A estrutura organizacional se fundamenta em quatro elementos básicos para atender os estudantes: Base Nacional Comum Curricular, pela Parte Diversificada e pelas Atividades Complementares. Em algumas escolas, possuem, também, os Laboratórios de Aprendizagem, também como possibilidade de acompanhamento e orientação didático-pedagógico, e realização de atividades de progressão e recuperação, quando necessárias. Os docentes, desenvolvendo atividades com os estudantes de forma coletiva e individual na escola, promovendo a integração do currículo. E por fim, a equipe gestora, com as atividades de gestão, suporte e eventual atuação pedagógica pelos diretores geral e adjunto. Toda essa organicidade pedagógica deve estar em consonância e integrada ao currículo, ao projeto pedagógico e ao regimento da escola.

As Atividades Complementares são desenvolvidas com base nos macro-campos: aprofundamento da aprendizagem, experimentação e iniciação científica, cultura e arte, esporte e lazer, tecnologias da informação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, promoção da saúde, mundo do trabalho e geração de renda. São atividades de caráter sistemático que possibilitam estimular o Protagonismo Juvenil e contribuir de forma significativa para a construção do Projeto de Vida dos estudantes. Para atender uma matriz, numa perspectiva de currículo diferenciado, foram propostas e sistematizadas as seguintes Atividades Complementares no Programa: Projeto Integrador, Estudos Orientados, Oferta Eletiva, Proturma (Docente Orientador de Turma) e Clube Juvenil. Esse último, de interesse e aprofundamento nesse artigo.



2 O Clube Juvenil: seu conceito, seu contexto

Com o acesso a essa diferente forma de agrupamento das juventudes, o Clube Juvenil chega como um espaço criado para jovens estudantes onde poderão desenvolver diversas atividades relacionadas às suas experiências e necessidades no intuito de propiciar a autonomia, o trabalho em equipe, a auto-organização e tomadas de decisões, entre outras. Segundo Dayrell (2006), é fundamental que a escola nas suas discussões e decisões possibilite experiências culturais significativas no âmbito da sociabilidade juvenil.

Um aspecto fundamental dos clubes juvenis é a possibilidade de interação entre os sujeitos representados pelas juventudes na escola, com conhecimentos, características e diferentes experiências de vida. Isso permite aos jovens estudantes desenvolverem ações juntos em função dos seus interesses, buscando transformações pessoais e coletivas, que ultrapassem o espaço escolar. Além da interação com diferentes pessoas, desenvolver diálogos e alargar seu repertório de conhecimentos em diferentes aspectos.

É a partir de determinados interesses dos estudantes que surge os clubes juvenis nas escolas. Os integrantes por clube formado dialogam, refletem, planejam e executam atividades que proporcionam estudos, pesquisas, relatos de experiências, reflexões e registro das discussões sobre os aspectos relacionados ou não à vida escolar. Esse trabalho estará articulado e integrado às juventudes no espaço escolar nos mais diversos clubes juvenis na escola, considerando a forma de ser e se relacionar de cada um com o mundo.

Para uma sistematicamente e acompanhamento das ações dos clubes juvenis, algumas orientações são importantes. O primeiro passo para se criar um clube juvenil é conhecer bem o projeto político pedagógico da escola e definir o que é possível fazer como contribuição as atividades pedagógicas coletivas da escola e seu território.

Podem não está visibilizados, mas na escola já existem diversos tipos de agrupamentos das juventudes, o que possibilita serem articulados em forma de clubes, como por exemplo, o Clube de Leitura, o Clube da Matemática ou de Teatro, outro em que se proponha discutir a Preservação Ambiental ou o Clube do Jornal Escolar. Esses são alguns exemplos de clubes juvenis já em desenvolvimento nas escolas da rede estadual de ensino.



Dessa forma, não é difícil pensar/planejar/criar o clube, pois assim, pode-se aliar o que os estudantes gostam de fazer com algo que seja interessante de compartilhar com seus pares, na escola e na comunidade.

Existe muito a ser feito em atendimento as juventudes, especialmente no espaço escolar, espaço esse vivido por todos nós, com maior ou menor tempo. É nesse espaço, onde garantimos o desenvolvimento de muitos trabalhos interessantes para conhecer melhor o mundo do qual faz parte e nele ser inserido de forma ativa, principalmente quando se tem a perspectiva de que esse mundo seja muito melhor.

Para que um Clube Juvenil seja forte e atuante é fundamental planejar sua organização e desenvolvimento de ações específicas. Por isso, é muito importante que todos saibam o que cabe a cada um fazer no clube, afinal, ele deve ser desenvolvido pelo conjunto habilidades, de muitas forças. É necessário que todos desenvolvam suas potencialidades e capacidades e que elas sejam aplicadas em diversas atribuições de acordo com as funções que desempenharão e das quais serão responsáveis. Para que as ações planejadas pelo clube tenham bons resultados, muito trabalho e dedicação de todos serão necessários.

O clube é constituído a partir da definição e distribuição das atribuições de acordo com as potencialidades e desempenho de cada um, visto que agiliza e dinamiza as ações, deixando que o desenvolvimento dessas ações seja feito de forma mais prazerosa e interessantes para os envolvidos, pois são exigidas de todos os participantes contribuições diferentes e a troca de experiências entre os membros do grupo é bem mais eficaz. Essas atribuições ora definidas para cada um participante do clube, pode ser desenvolvida em outro momento ou outra ação por outro participante de um mesmo clube.

É exigido para cada clube um bom Plano de Ação a ser desenvolvido durante o ano letivo, considerando nesse plano o princípio da flexibilidade. É um dos critérios indispensáveis, pois essa organização ajudará o grupo a saber o que fazer, para que fazer, como e quando fazer, e, também, o responsável ou responsáveis pela ação planejada.

Orientar a estruturação do clube, como já foi dito, é de extrema importância para os jovens estudantes porque fará com que todos os seus participantes trabalhem para alcançar resultados satisfatórios e comum a todos. Para que os resultados sejam satisfatórios é importante seguir um modelo de organização que atenda às necessidades



específicas para cada clube, ou seja, não se pode determinar uma ação, atividade ou tarefa que não terá utilidade ou não se relaciona com a ideia proposta pelo clube.

Considerando as especificidades de cada clube é sempre importante ficar atento à complexidade da organização de um agrupamento, pela dificuldade provável em manter o grupo articulado e se comunicando de maneira eficaz.

Um outro critério indispensável na formação do clube é o contrato de convivência, e serve de base para regular, ou responsabilizar, as ações de cada participante comprometido em cumprir cada um dos seus tópicos. Apresenta os seguintes itens como condição ideal de comportamento do coletivo: cada integrante atuará como jovem protagonista conhecedor dos quatro pilares da educação (Aprender a ser, aprender a aprender, aprender a fazer e aprender a conviver); O respeito mútuo será ponto de honra dos participantes de maneira que cada um desenvolva a cooperação, a união, respeito e a organização no desenvolvimento de suas ações; Fica determinado que o comportamento e a realização de avaliações periódicas servirão como elemento determinante para mobilização nas ações do clube; É permanentemente proibido qualquer expressão que revele a falta de respeito entre os participantes do clube; É permanentemente proibido qualquer tipo de agressão, discriminação, desunião e qualquer tipo de atitude que vá de encontro aos direitos individuais e coletivos dos participantes do clube; Será desligado do clube o integrante que tiver frequência inferior a 75% das ações anuais; As punições referentes às suspensões das ações de um determinado participante serão deliberadas pelo responsável da ação a ela relacionada; As punições referentes à exclusão do quadro de participantes, serão analisadas pelo coletivo do clube em assembleia.

É importante compreender que os critérios indispensáveis para formação e estruturação anteriormente apresentados pela feitura do Plano de Ação e Contrato de Convivência, precisam ter níveis de organização e elaboração bastante claros e objetivos.

Não se pode deixar de enfatizar que o clube juvenil inserido no espaço escolar e em consonância com as atividades pedagógicas formativas, além de ajudar a dinamizar com atividades diferenciadas, possibilita uma escola mais atraente e feliz, além do que se propõe a ser uma atividade prazerosa para quem executa, unindo protagonismo e satisfação.

Comumente se espera "receitas" para organizar um clube. Mas, enfatizamos que



não existem essas receitas padronizadas para todos os clubes. Esses precisam ter sua autonomia de gestão, até porque cada clube terá interesse peculiar e esse com certeza será diferente dos outros clubes, porque estamos lidando com agrupamento de juventudes diversas.

Ao se criar um clube, é imprescindível, que seja destinado tempo para pensar estrategicamente sua execução, sua atuação e contribuição para a comunidade escolar, principalmente para os jovens, que inclusive podem nem estar na escola matriculados regularmente e ser convidado a estar inserido no espaço formativo. Os clubes não devem ser criados com um fim neles mesmos, mas prezar pelo aprendizado dos participantes diretos e outros tantos jovens da comunidade escolar.

Ao participarem dos clubes juvenis, os jovens desenvolverão algumas competências que levarão na sua bagagem de experiências para o resto das suas vidas. Por isso, destaca-se mais uma vez o quanto é importante saber escolher bem em qual atividade se envolver e se dedicar com alegria, e muita responsabilidade.

Competências diversas podem ser desenvolvidas nas práticas e vivências em protagonismo juvenil e nos clubes juvenis deverão ser objetivas, tais como: planejamento; capacidade de dialogar; organização; autonomia (capacidade de decidir); espírito de equipe e liderança; desenvolvimento pessoal e senso de responsabilidade; aprender a conviver com as diferenças; compartilhamento de experiências; curiosidade; respeito às opiniões; capacidade de refletir sobre temáticas importantes; compartilhamento de informações com os membros da comunidade escolar; busca de soluções para problemas.

É preciso lembrar que, no processo de formação dos clubes, o que se pretende com sua criação e a forma de organização possuem um elemento comum: a necessidade de se trabalhar em equipe. O que é um grande desafio hoje, pois se está lidando com a heterogeneidade, ou seja, cada cabeça é um mundo.

No entanto, essa heterogeneidade, se bem aproveitada, pode ser bastante significativa porque enriquece o trabalho coletivo, desde que todos estejam dispostos a fazer o que for necessário em busca de algo maior como investir no projeto de vida dos envolvidos, onde o diálogo esteja presente constantemente.

Deve-se lembrar que as pessoas estão sempre se relacionando, interagindo umas com as outras, mesmo entre aquelas em que nem sempre haja empatia, sendo assim, esforçar-se para aprender a conviver é um investimento necessário e os resultados disso



é bastante satisfatório.

Ressalta-se que todo o trabalho do clube, desde a sua concepção, processo criativo, organizacional e execução, tem o apoio, orientação e monitoramento da equipe gestora da unidade escolar. O clube, independentemente da proposta de trabalho explícita no Plano de Ação a ser desenvolvido, tem o suporte profissional da equipe gestora com o objetivo de assegurar o desenvolvimento das ações e a comunicação direta com a comunidade da qual faz parte.

As ações desenvolvidas deverão ser discutidas com o Conselho Escolar para apreciação e considerações, como forma de diálogo e reflexão das ações na perspectiva de atender aos anseios e necessidades das juventudes.

3 Participação juvenil no espaço escolar

Os jovens hoje são outros! Essa máxima descreve o comportamento das juventudes em nossos dias. E uma das características é a autonomia em várias situações do cotidiano, principalmente nas instituições representadas pelo mundo adulto, e mais especificamente a escola. Essa autonomia pode ser constatada através de suas identidades construídas ao longo dos tempos, o que muitos autores consideram como identidades culturais.

Dentre as instituições adultas as quais as juventudes se deparam e que é debate sobre sua influência nas identidades juvenis, a escola é uma das mais importantes nessa construção de identidades. Para Abrantes (2003, p. 94)

os jovens não são simplesmente à escola: apropriam-se dela, atribuem-lhe sentidos e são transformados por ela. Se parte deles sente o processo de escolaridade como imposição, uma violência, a que se resiste ou que se abandona, para outros esse processo é um suporte fundamental na construção do percurso de vida e do projeto identitário. Em qualquer um dos casos, a escola constitui hoje uma das instituições fundamentais em torno das quais os jovens estruturam as suas práticas e discursos, os seus trajectos e projectos, as suas identidades culturais

O autor é direto ao afirmar, que é bastante claro que a escola é construção social, porque é uma teia de relações que a compõem por seus jovens estudantes, professores e funcionários, que desenvolvem ações e que atribuem sentido a essas ações enquanto sujeitos sociais, assim, sujeitos escolares. Nesse contexto, é visível que os sujeitos



fazem escolhas, e essas escolhas são essencialmente as diferenças que buscam reconhecimento social. Assim, temos socialmente a afirmativa de que a identidade do sujeito é muito mais uma escolha do que uma imposição advinda de qualquer uma das instituições adultas as quais participam cotidianamente.

É urgente e necessário que a escola fomente o debate sobre o papel das juventudes na escola e a construção das identidades juvenis. Essa seara é estudada por Dayreel (2007, p. 1106), ao compreender que:

[...] Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescenta à sua formação, tornando-se cada vez mais uma 'obrigação' necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe.

Compreender essa problemática apontada pelo autor é de necessário e urgente, bem como a percepção de realidade intrínseca aos desejos, necessidades e anseios das juventudes. As mudanças as quais o mundo vem apresentando desafia os jovens e cria neles tensões que traduzem um processo de socialização das novas gerações com as instituições adultas que resultam em mutações diversas, o que resultam formas de viver dos jovens com seus próprios tempos e espaços sociais.

Não apenas a participação, mas o envolvimento das juventudes no espaço escolar é uma das questões que podemos considerar como importante na formação juvenil. Criar espaço de discussão sobre participação e envolvimento implica levar em consideração dois princípios que nos alertam para a formação teórica: aprendizagem de valores, conteúdos sócio-históricos, regras institucionais, etc, além da criação de espaços e tempos que possibilite a experiência cotidiana para o exercício da participação na própria escola e fora dela, principalmente seu entorno, ou seja, sua território.

No ensino médio a discussão da participação é um dos caminhos da formação para o exercício da coletividade, no caso da formação integral exige-se que tratemos da temática juventudes e participação junto a sua relação com a escola. Se é realidade que a participação e envolvimento das juventudes em grupos esportivos, culturais e religiosos ou a participação e envolvimento das juventudes em movimentos sociais, associações comunitárias e movimento estudantil, por exemplos, essa participação e envolvimento deve ser algo que pode vir a ter uma relação com a escola. Portanto, investir nessa relação é fundamental para reconhecimento de territórios.



A ideia de participação é ampla e diversa. Há vários sentidos para a palavra participação e várias formas de vivê-las nos espaços coletivos. Em um sentido mais aberto, a participação nos leva a ideia de adesão das pessoas em agrupamentos surgidos nas mais diversas situações do cotidiano da sociedade, e na escola a questão da participação acontece de forma bastante explícita. Em um sentido mais estrito, a condição de participação nos remete à presença ativa das pessoas nos processos decisórios das sociedades. E essa condição das organizações sociais tem a ver com sentido da política nos mais diversos espaços.

Portanto, no Programa implantado na rede estadual de ensino, os espaços e tempos da participação são garantidos e promovem a educação para a vida pública e o aprendizado da cidadania e dos valores democráticos. Assim, possibilitamos com o Programa que a experiência participativa é, por sua própria natureza, uma experiência educativa e formativa.

A experiência participativa representa uma das formas de os jovens vivenciarem processos de construção de ações coletivas através de plano de atividades, no caso específico do Clube Juvenil, seu Plano de Ação. Além disso, a experiência participativa também é importante por permitir a vivência de valores, como os da solidariedade e da democracia, e o aprendizado da alteridade. O que significa em última instância, aprender a respeitar, perceber e reconhecer o outro e suas diferenças. O exercício da participação pode ser, então, uma experiência rica e indispensável para a vida dos jovens estudantes, um efetivo caminho que se contrapõe a uma sociedade que, ao individualizar, enfraquecer ideias, valores e práticas relacionadas à dimensão coletiva da sociedade.

A dimensão educativa e formativa da participação e envolvimento dos jovens estudantes propicia o desenvolvimento de habilidades críticas, de convivência, de respeito às diferenças e liderança, dentre outras capacidades relacionadas com o convívio na esfera pública. Um jovem, por exemplo, que participa ativamente do Clube Juvenil na escola, de uma associação comunitária ou de um grupo de capoeira pode se tornar uma liderança positiva na sala de aula. O engajamento participativo pode aumentar seu estímulo para novas aprendizagens, como: ampliar leitura, melhorar a escrita e provocar o desenvolvimento da capacidade de argumentação para a defesa de pontos de vista. Nesse sentido, a participação pode ser entendida enquanto um processo educativo que potencializa os processos de aprendizagem no interior da escola e fora



dela. E, da mesma forma, pode contribuir para a constituição de amplos processos formativos para além dos muros da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação, desde 2015, da escola de ensino integral na Rede Estadual de Ensino de Alagoas se constitui como um atendimento ao direito público e subjetivo, com sentido de ampliação e permanência, com qualidade social para as juventudes nos espaços e tempos educativos, através de uma proposta pedagógica de organização curricular pela seleção de conhecimentos construídos socialmente e desenvolvidos em práticas educativas, articulando vivências e saberes dos jovens, possibilitando o desenvolvimento socioafetivo e cognitivo.

A partir da intencionalidade pedagógica do Programa, é importante compreender que cada clube intencione garantir a qualidade das suas atividades na elaboração do seu próprio Plano de Ação e seu Contrato de Convivência.

Não se pode deixar de lembrar que o Clube Juvenil, além de ajudar a melhorar a escola, deixando-a mais atraente, deverá ser de atividades significativas para quem dele participa, unindo protagonismo, satisfação e realização. Não existem formas padronizadas para todos os clubes. Cada clube terá a sua autonomia de gestão, porque terá suas particularidades, o que o torna diferente dos demais clubes, pelo fato de se estar lidando com a juventudes diversas que forma determinado clube na escola.

Nesse sentido, vale ressaltar que, ao se criar um clube, será destinado tempo para pensar a execução, a atuação e a contribuição para a comunidade escolar, em determinado território, rico por juventudes. Os clubes não devem ser criados com um fim neles mesmos, mas prezar pela aprendizagem e construção de valores pelos participantes da comunidade escolar, e outros tantos jovens desse território.

Diante da realidade apresentada nas escolas públicas estaduais do ensino médio em Alagoas, faz-se necessário aprofundar as análises que possam compreender a escola e os seus jovens estudantes, enquanto juventudes diversas. Para isso, é necessário unir forças em busca de uma educação participativa, de convivência democrática com as diferenças e capaz de oferecer novos caminhos para a prática educativa. Isso quer dizer que o Clube Juvenil reúne, de forma bastante dinâmica e atraente, as várias possibilidades de diálogos com a escola e entre os próprios jovens estudantes, dando



vazão a um mergulho na própria condição juvenil na contemporaneidade.

Espera-se que essa política, contribua efetivamente para a formação integral das juventudes do ensino médio, garantindo-lhes a oportunidade de inserção social e profissional mais efetiva, condição sedimentada nos princípios do Programa pela diversidade das práticas pedagógicas e personificação do ensino, a gestão participativa com foco no protagonismo dos jovens estudantes, e por fim, a necessária integração das unidades de ensino com os seus territórios, com suas famílias e com seus agentes diversos.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Pedro. *Identities juvenis e dinâmicas de escolaridade*. Sociologia, Problemas e Práticas. Nº 41, 2003, pp. 93-115.
- ALAGOAS. Decreto 40.207 de 20 de abril de 2015. Diário Oficial do Estado de Alagoas. Publicado em 22 de abril de 2015. Ano 103. Número 74. p. 1-2. Maceió. Alagoas.
- _____. Decreto 50.331 de 12 de setembro de 2016. Diário Oficial do Estado de Alagoas. Publicado em 13 de setembro de 2016. Ano 104. p. 12-13. Maceió. Alagoas.
- _____. Documento orientador do Programa Alagoano de Ensino Integral – pALei. 2018.
- DAYRELL, Juarez. *A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil*. Educ. Soc., Campinas, vol.28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out.2007.
- _____. *A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil*. Texto apresentado no Simpósio Internacional “Ciutat.edu: nuevos retos, nuevos compromissos”, realizado em Barcelona, em outubro de 2006.
- DUTRA, Paulo F.V. *Educação integral no estado de Pernambuco: uma política pública para o ensino médio*. Recife: Editora UFPE, 2014.
- SILVA, Anderson B. *Clube Juvenil: quem faz, porque faz e como se faz?* (s.n.t)